

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E EXPROPRIAÇÃO DA TERRA

INTRODUÇÃO:

Márcia Siqueira de Carvalho*

A estrutura do espaço geográfico, isto é, a organização do espaço humanizado, para ser compreendida e analisada requer conhecimento das várias atividades econômicas desenvolvidas pelos setores sociais, das políticas governamentais e dos movimentos sociais. Pois é no espaço real, concreto, que se organizam as relações econômicas e sociais, ou seja: as relações de propriedade dos meios de produção. Também é na "epiderme da Terra" que se implantam as políticas econômicas, modificando o arranjo pré-existente, fato que nos leva cada vez mais na Geografia a estudar o papel do Estado. Ainda existe mais um modo de alterar o espaço, que é a atuação das forças sociais, que alguns chamam de movimentos sociais ou dinâmica das classes sociais. Esses três elementos que influenciam e modelam o substrato físico ainda são redefinidos num conceito mais geral, e por isso, mais rico em significação: modo de produção. O relacionamento dialético entre as instâncias formadoras desse conceito — o aspecto econômico, o aspecto ideológico e o político, definiria as diferentes formas de organização espacial de determinado país e suas relações de dependência. Não podemos esquecer que esse tipo de interpretação da organização do espaço nos remete à História Econômica e ao estudo dos movimentos sociais, diferentemente de outras visões geográficas que se limitam à Economia Neoclássica na busca da interpretação das paisagens.

A forma de análise da organização do espaço descrita acima, de acordo com os conceitos da Economia Política, foi experimentada para compreender dois momentos de um espaço agrário Maranhense: a fase de predomínio da frente de expansão agrícola e a superposição desta pela frente pioneira no Médio Pindaré-Mirim, incluindo os Municípios do Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia, na Baixada Maranhense.

1 — Economia Política e seu objeto de estudo

Modo de produção é uma categoria básica da Economia Política, esta uma das Ciências Sociais que estuda as leis da produção social e a distribuição dos seus materiais nas diferentes fases do desenvolvimento da sociedade humana.

No processo de produção, de acordo com os vários modos de produção existentes, existirão vários fatores, tais como: **o trabalho do homem**, **os objetivos de trabalho** (matérias-primas já beneficiadas que sofrerão um processo de transformação) e **os meios de trabalho** (todas coisas que servem ao homem para transformar objetos de trabalho em produtos). Nos **meios de trabalho** encontraremos os **instrumentos de produção**, que compreendem toda e qualquer ferramenta empregada pelo homem no processo produtivo, desde o machado de pedra à mais moderna máquina.

De acordo com os instrumentos de produção poderemos conhecer o poder de determinada sociedade sobre a natureza, isto é, qual o seu modo de produção, respondendo as seguintes questões:

O que produz?

Como se produz?

Os **objetos e meios de trabalho** formam o conjunto de **meios de produção**, que juntamente à **força de trabalho** (a capacidade física e mental do homem para trabalhar) definiram o nível das **forças produtivas** em determinada sociedade.

Em outras palavras, **forças produtivas** expressam a relação que existe entre os homens e os objetos da natureza empregados na produção de seus materiais. Quando os homens estão nesse processo produtivo eles se relacionam entre si, originando as **relações de produção** que incluirão as formas de propriedade sobre os meios de produção, a situação das e grupos sociais no processo produtivo e as relações existentes nas esferas da distribuição desses bens.

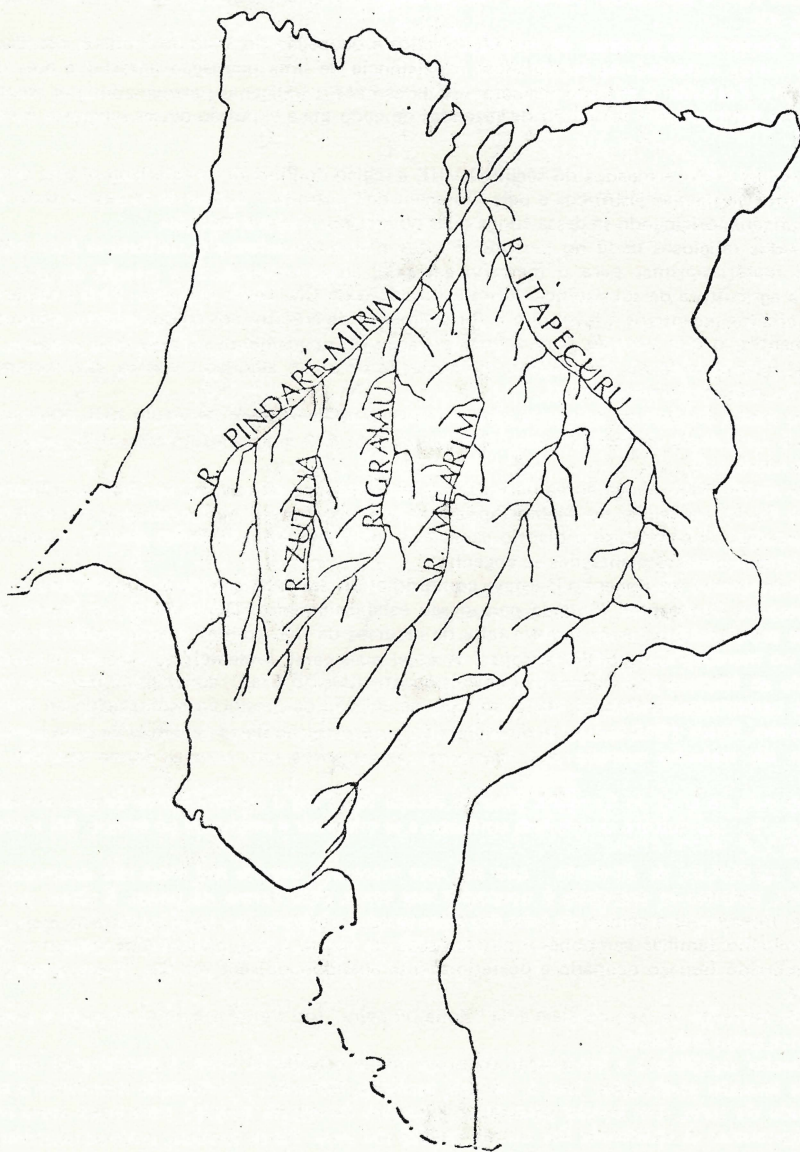
A forma de propriedade dos **meios de produção** determinam a posição que os homens ocuparão no sistema de produção social, definindo a estrutura de classes na sociedade.

As **forças produtivas** e as **relações sociais de produção**, unidas formam o **modo de produção**.

Mas não podemos associar o estudo da Economia Política apenas à estrutura econômica da sociedade, pois o conjunto das relações de produção apenas constitui a base real em que se formam uma superestrutura jurídica e política, ambas correspondendo aos vários graus de consciência que as classes têm de seu papel na sociedade. Logo, não podemos compreender a Economia Política como uma Ciência Social permanentemente "economicista", pois o seu objeto de estudo necessariamente inclui a interpretação do relacionamento e influência mútua dessas três instâncias: o econômico, o político-jurídico e o ideológico.

*Docente do Departamento de Geociências - CCE/UFL

ESTADO DO MARANHÃO
BACIA HIDROGRÁFICA



2 — Frente de expansão e Frente Pioneira na região do Pindaré-Mirim.

Após essa breve consideração teórica sobre os conceitos essenciais que orientaram a interpretação de um espaço concreto em determinado período, seguem-se algumas considerações sobre a área estudada.

A metade do estado do Maranhão está incluída na Amazônia Legal e é chamada de Pré-Amazônia. Apesar de ser considerada como área virgem somente ocupada por terras de agricultores na década de 60, sob a forma de "frentes" pioneiras por parte da literatura geográfica, devemos fazer ressalvas.

A área de estudo (Municípios de Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia) já havia sido ocupada em fim do século XIX e seu espaço bastante modificado antes da chegada dos agricultores na década de 60 no século XX.

Desde 1616 começava o processo de reconhecimento e ocupação do Vale do Pindaré, ocasião de uma entrada e vários historiadores constataram a existência de uma ocupação anterior a essa data no lago de Cajari. Posterior à entrada formaram-se aldeamentos indígenas patrocinados por jesuítas, estes responsáveis também pela formação de fazendas de gado até a expulsão desses religiosos do Brasil em 1760.

Durante o século XVII e meados do século XVIII, a região do Pindaré caracterizou-se pela presença de aldeamentos indígenas jesuíticos e pela passagem de "entradas" à data de minas de ouro e de mão-de-obra indígena, originando-se dessa época duas povoações: Viana e Monção.

A expulsão dos religiosos dá-se no período em que a área Maranhense constituiu-se num núcleo exportador de matérias-primas para o mercado europeu, desenvolvendo-se a criação de gado por particulares e a agricultura de subsistência. Com a fundação da Cia. Geral do Grão-Pará e Maranhão (1760) foram criados incentivos à lavoura e o fornecimento de créditos aos colonos para a compra de escravos e sementes, o que ocorreu para a interiorização do povoamento na área mais próxima dos rios navegáveis, repercutindo no crescimento da produção de arroz, algodão e couros, (2a. metade do século XVII à 1a. metade do século XIX).

A região do médio Pindaré só começou a ser colonizada na 2a. metade do século XIX, apoiando-se nos incentivos à agricultura canavieira e em 1860 já existiam 410 engenhos no Maranhão, sendo 248 a vapor e força hidráulica.

Em fins do século XIX, época áurea da indústria açucareira no Maranhão, fundava-se o Engenho Central de São Paulo, na região do Médio Pindaré, o que transformou radicalmente a sua economia e a estrutura espacial. Organizou-se o plantio canavieiro, utilizando-se o trabalho escravo, constituíu-se uma linha férrea ligando as plantações ao engenho.

Mas o funcionamento do Engenho já estava comprometido desde o período de sua construção pela falta de recursos da Companhia fundada para o seu estabelecimento. Desse modo, as causas desse funcionamento problemático foram tanto a falta de recursos da Cia. como a queda contínua de preços do açúcar no mercado consumidor europeu. A nível mais geral, a falência do engenho maranhense estaria ligado ao fracasso dos Engenhos Centrais construídos no Brasil, com capital francês e inglês e em pequena percentagem nacional, dado ao tipo de relação de produção estabelecida na lavoura: o trabalho escravo. Desde 1846 tentou-se no Maranhão a substituição desta pela mão de obra livre, mas a substituição do trabalho escravo por imigrantes estrangeiros não ocorreu como em São Paulo.

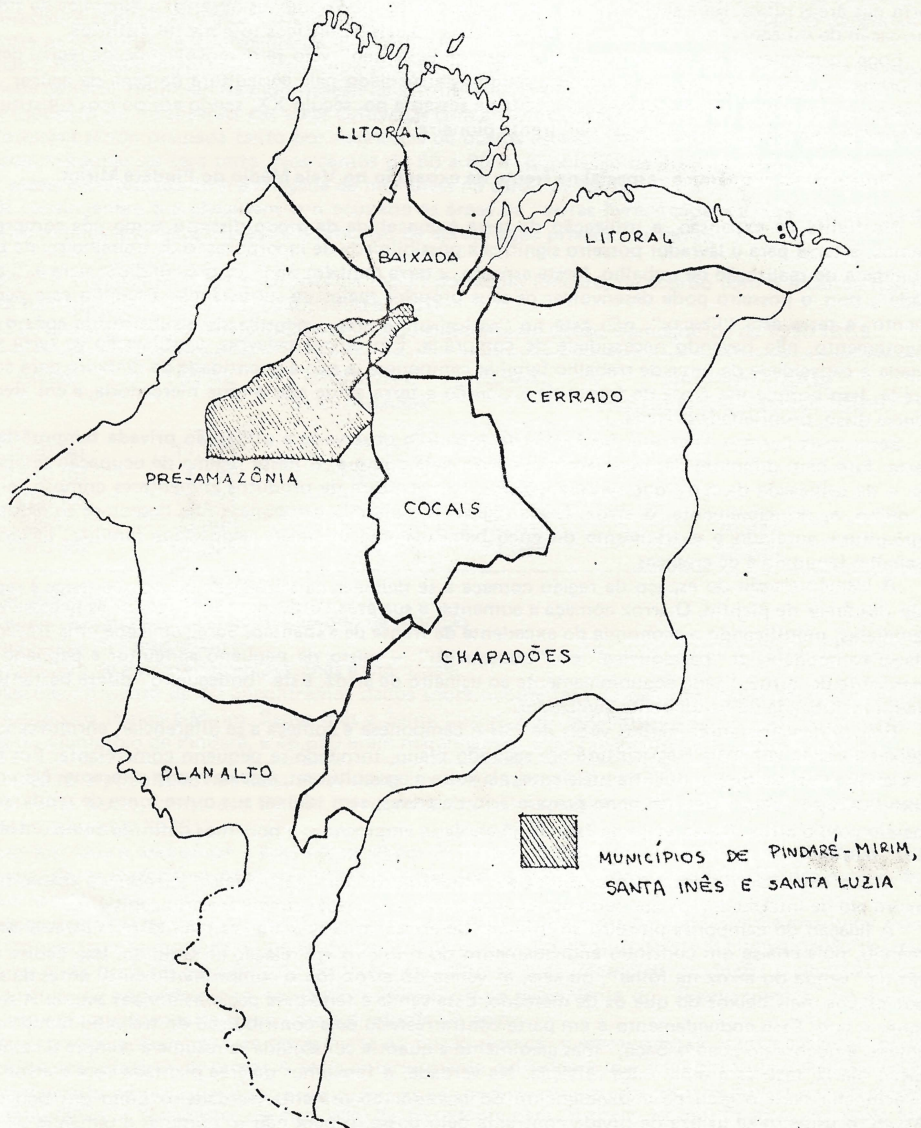
Desde o período da crise do Engenho (fins do século XIX) até o encerramento de suas atividades em 1920 a lavoura policultora camponesa começou a se expandir e perdurou no tempo até a década de 60 do século XX.

A pequena agricultura de alimento, que até esse momento ocorria nas áreas não ocupadas pela cana de açúcar, ampliou-se associada à ocupação das terras pela forma da posse. É desse período em diante que observou-se a gênese de uma das áreas produtoras de arroz, toda baseada na agricultura de roça, no trabalho familiar camponês e na ocupação de terras. Logo, poderíamos utilizar a noção de espaço percorrido (espaço ocupado e posteriormente abandonado) em vez das "áreas virgens" do vale do Pindaré.

Outra noção corrente na Geografia é a da "Zona pioneira" (ou frente pioneira) levando o progresso às áreas nunca antes ocupadas.

Frente pioneira significaria a introdução da propriedade privada da terra, o bandeirante que chega aos confins levando civilização. Isto é, bancos, estradas, ferrovias, a circulação monetária e propriedade privada da terra. Em outras palavras, o pioneiro carregaria consigo para essas áreas novas as relações capitalistas já existentes em outras regiões do país. Nesse sentido, pode-se observar que muitas vezes a "frente pioneira" não foi a 1a. a chegar às áreas de fronteira agrícola, sendo antecedida pela frente de expansão. Nesta última, a sua vida econômica não está organizada para a produção

ESTADO DO MARANHÃO
REGIÕES ECOLÓGICAS



de mercado, voltando-se na sua maior parte para a subsistência dos lavradores. Mas, não se trata de uma economia fechada, o que leva a Martins (1975:45) a classificá-la como **economia excedente** ou seja, não é uma frente pioneira porque apenas as "sobras" agrícolas seriam vendidas ou trocadas por produtos vindos de fora da área.

(1) Manuel C. de Andrade assinala também o fato dessa área já ter sido ocupada anteriormente e descreve a desarticulação da organização espacial a agro-indústria da cana de açúcar pela crise e a substituição pela produção camponesa. — "A Terra e o Homem no Nordeste" pg 231) Ed. Brasiliense — 1973 —SP.

Devemos ter em conta que esses são dois momentos distintos quando estudamos essas categorias e que do encontro dessas duas formas de organização do espaço está o foco gerador de conflitos pela terra nas áreas rurais. E da superposição dessas duas frentes que podemos observar a dinâmica da transformação do espaço, refletindo aspectos econômicos, sociais e políticos totalmente distintos.

Logo, o momento de predomínio da "frente de expansão" veio se desenvolvendo na região desde os primeiros momentos de sua ocupação, sendo intermediado pela agricultura da cana de açúcar, e a desarticulação dessa frente começou na década de sessenta no século XX, sendo aos poucos substituída pelo predomínio das características da "frente pioneira".

3 — Organização econômica—espacial na frente de expansão no Vale Médio do Pindaré Mirim.

Na frente de expansão, a utilização da terra é concebida de modo distinto como nós compreendemos: a terra para o lavrador posseiro significa a possibilidade de incorporação de trabalho ou da possibilidade de realização de trabalho. Neste aspecto, a terra também significa pré-condição para a "liberdade", pois o posseiro pode desenvolver os seus próprios meios de subsistência. Segundo esse pensamento, a terra está "liberta", não está no "cativoiro" e pode ser utilizada e substituída após o seu esgotamento, não havendo necessidade de comprá-la. Em outras palavras, a utilização da terra está ligada à capacidade da força de trabalho familiar camponesa, e não à quantidade de dinheiro para comprá-la. Isso porque nas áreas de frente de expansão a terra ainda não é uma mercadoria, e em decorrência disso, propriedade privada.

Seria mais correto falar que na frente de expansão observa-se a **utilização privada temporária da terra**, fato bem diferente da **privatização da terra pela compra**. É nesse regime de ocupação temporária e de utilização da terra que se desenvolveu a agricultura de produtos alimentares como o feijão, o milho, e, principalmente, o arroz. Nessa região, a economia camponesa não baseou-se somente na agricultura, surgindo o extrativismo do coco babaçu como atividade econômica familiar, ligado ao trabalho feminino e de crianças.

A transformação do espaço da região começa a se delinear na década de 60 no que tange à repartição das áreas de plantio. O arroz começa a aumentar a sua área cultivada, bem superior às necessidades familiares, modificando a economia do excedente da frente de expansão. Surge em cena uma fração da classe camponesa o "barraqueiro" ou "bodegueiro" — misto de pequeno agricultor e pequeno comerciante de arroz, ligado economicamente ao usineiro de arroz. Este "bodegueiro" difere bastante da figura mistificada do bandeirante civilizador...

Esse bodegueiro surge muitas vezes da classe camponesa e começa a se diferenciar, enriquecendo e deixando cada vez mais a agricultura em segundo plano, tornando-se pequeno comerciante. Em muitos casos, após acumular quantia suficiente, ele volta à agriculturam, mas de modo diferente. Não mais como poseiro, mas como pequeno proprietário de terras, sem deixar sua outra fonte de renda: o comércio com o arroz. Nessa segunda fase ele já assalaria empregados e podemos defini-lo como um lavrador "patrão".

Mas o comércio de arroz não se limita ao "bodegueiro" ou "barraqueiro", sendo ele apenas o primeiro elo de intermediários que termina no usineiro de arroz, este em empresário capitalista.

A ligação do camponês posseiro ao usineiro de arroz torna-se cada vez mais estreita através do comércio, pois cria-se um contínuo endividamento do primeiro em relação ao segundo. Isso ocorre através da "venda do arroz na fôlha", ou seja, a venda do arroz (ou o comprometimento) antes da safra por preços mais baixos do que os de mercado. Essa venda é feita para pagar as dívidas acumuladas durante o ano. Esse endividamento é em parte contrarrestado pela contribuição do trabalho feminino na coleta e quebra do coco babaçu, mas geralmente a quantia conseguida se resume à compra da alimentação diária, restrita a uma única refeição. Na verdade, o tamanho da área plantada com o arroz está relacionada com o grau de endividamento do lavrador ao usineiro (verdadeiro dono das bodegas). Assim, o usineiro se utiliza da dívida contraída pelo posseiro para não só dominar o tamanho da área plantada com o arroz, como para subornar a força de trabalho familiar camponesa.

Quanto maior a dívida, maior também será a coleta e quebra do coco babaçu e a sua importância

na renda do lavrador.

Até esse momento não se colocou a questão da terra como propriedade privada, ou seja, a expropriação da terra apossada e sua substituição por fazendas.

4 — A organização econômica — espacial na superposição da frente pioneira à frente de expansão no Vale Médio do Pindaré—Mirim.

No item anterior já foi descrita a ligação entre a agricultura do arroz da frente de expansão à economia brasileira capitalista, através do capital comercial. Este dimensionou relações sociais de dependência entre os posseiros, os intermediários e usineiros de arroz.

Mas o fato mais importante desta superposição foi a transformação que ocorreu no regime da propriedade da terra, resultado na modificação da estrutura fundiária, e sua conseqüente concentração.

A mudança da localização das áreas cultivadas com arroz no espaço ocorreu no momento em que a região estava sendo ocupada tanto por migrantes de outros estados (Piauí e Ceará) (2) como por lavradores maranhenses sem terra. Nos censos de 50 e 60 a população da área estudada aumentou em oito vezes, continuando com a chegada de migrantes no censo de 1970.

Os contingentes que chegavam iam ocupado as áreas de "terras livres" cada vez mais afastadas das sedes de municípios, onde já crescia o processo de apropriação privada das terras.

Tabela I — População Rural e Urbana da região do Médio Pindaré, de acordo com o local de nascimento nos anos de 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

FONTE: Censo Demográfico de 1920, 40, 50, 60 e Sinopse do Censo Demográfico de 1970 IBGE

ANOS	TOTAL	URBANA E SUBURBANA	RURAL	NÃO NATURAIS RESIDENTES NO MUNICÍPIO
1920 (a)	11.811			
1940 (b)	1.125	1.125	8.839	
1950 (c)	11.271	1.780	10.491	
1960	82.444	8.807	73.637	56.732
1970 (d)	100.801	19.565	71.068	64.564

(a) município de Monção

(b) município de São Pedro, desmembrado de Monção

(c) Município de Pindaré-Mirim

(d) Município de Pindaré-Mirim Sta. Inês e Sta. Luzia.

(2) Apenas no Censo de 60 encontramos dados sobre habitantes não naturais residentes nos municípios estudados (Pindaré-Mirim, Santa Inês e Santa Luzia). Em 1960 existia 56.732 habitantes não naturais do município de Pindaré, e 46.659 eram maranhenses, 5.187 piauienses e 4.195 cearenses.

Em 1970 a população não natural residente no município de Pindaré-Mirim, separado dos de Santa Inês e Santa Luzia, chega aos 64.564, predominando os maranhenses (55.172) sobre os piauienses (4.864) e cearenses (3.331).

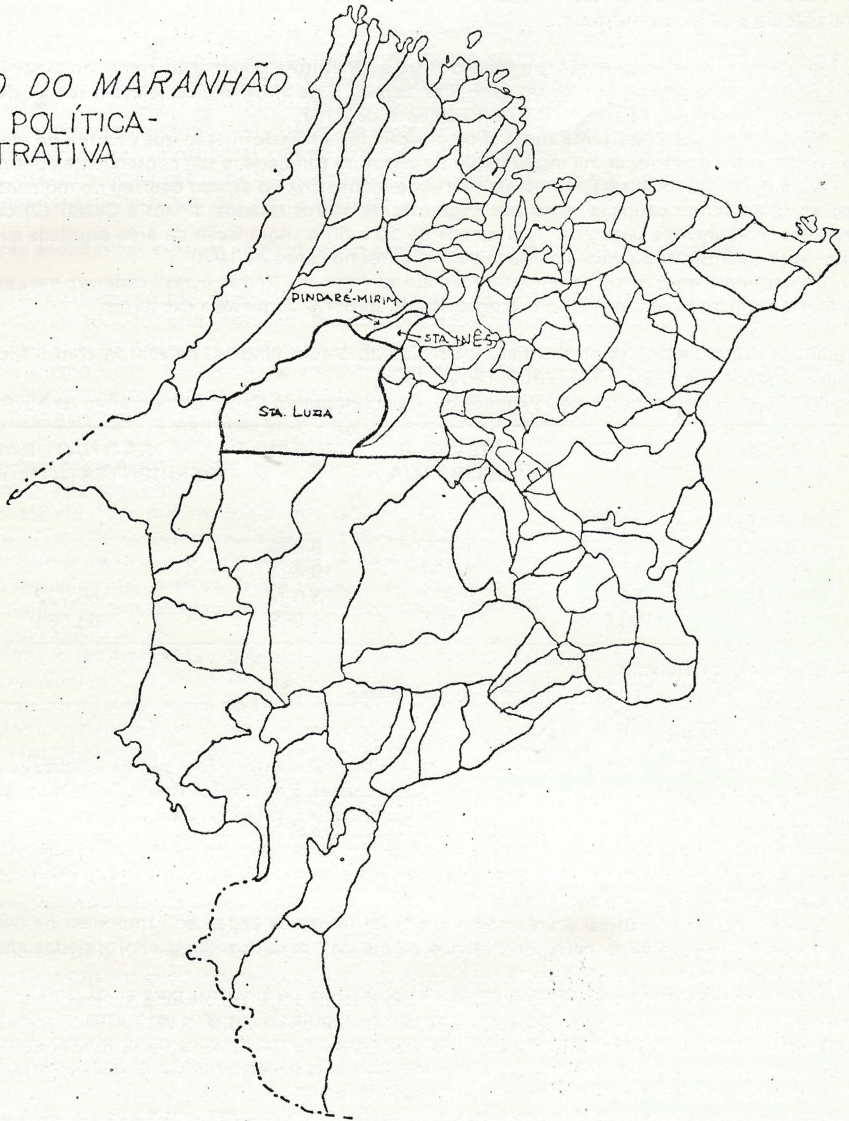
Isso nos leva a identificar a área como típica de frente de expansão camponesa na década de 50, continuando a desenhar o papel de "válvula de escape" para lavradores expropriados nas regiões do Itapecuru e Mearim.

Contrariando o pensamento comum, o deslocamento de posseiros para áreas próximas onde existem "terras livres" subordina-os ainda mais ao usineiro, pois são altos os custos da implantação de uma roça nova. As despesas geradas pelo período necessário ao crescimento da produção agrícola aumentam o nível de endividamento, tornando o lavrador mais dependente do "financiamento" do usineiro, tanto para a subsistência como para a produção do arroz.

Desse modo, a existência de terras livres na região reforça o mecanismo de acumulação de capital nas mãos dos usineiros de arroz. A terra anteriormente cultivada é que incorporou benfeitorias entra para o mercado de terras sem que esses custos do seu desbravamento seja cobrado àquele que consegue a sua titulação. O fenômeno da expulsão de lavradores para as terras devolutas mais distantes faz parte de um ciclo de incorporação de áreas ao mercado de terras, daí compreendemos o deslocamento no espaço das áreas produtoras de arroz cada vez mais para Oeste.

Muitas vezes o usineiro de arroz também será o personagem que controlará, como proprietário, grandes áreas de terras "amansadas". Proprietário, ele poderá tornar-se criador de gado ou estabelecer o regime de pagamento da renda da terra (renda não-capitalista) em produção. Neste último caso,

ESTADO DO MARANHÃO
DIVISÃO POLÍTICA-
ADMINISTRATIVA



a privatização da terra foi realizada para que surgisse o pagamento da renda, não acarretando o deslocamento da produção agrícola desse espaço agrário.

Mas o processo de transformação da terra "terra livre" em "terra de dono" caracterizou-se pelo trinômio "Posse—Grilo—Propriedade Privada", desenvolvendo as seguintes formas de atuação:

— **Técnicas violentas:** Soltura de gado nas roças com o intento de destruí-las, presença de jagunços com a queima de casas, saque na produção, espancamentos, e mortes de posseiros.

— **Grilagem jurídica:** Trata-se de uma face burocrática da grilagem em que o poder político regional mesclado aos grandes comerciais e usineiros que tornaram-se pecuaristas, falsificando documentos relativos ao acesso à propriedade da terra.

Para compreendermos essa modificação no regime de propriedade da terra na região não podemos esquecer o papel desempenhado pelo Estado, através da criação de um fundo especial de refinanciamento (criado após 64), o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (FUNAGRI). Este incluía um fundo especial para a pecuária (FUNDEPE) e para recebê-lo era necessário ser dono da terra. Apesar das tentativas de expulsão de posseiros nas áreas mais próximas às sedes dos municípios antecederem à criação do FUNAGRI, a partir de sua implantação na região o processo de grilagem atingiu proporções maiores do que na situação anterior.

Podemos afirmar que a passagem da "terra livre" para a "terra de dono" deu-se, em grande parte, na fase da utilização do financiamento do FUNAGRI para a pecuária.

Como poucos lavradores conseguiam acumular reservas diante do processo de endividamento ao usineiro de arroz (via intermediários) somente aqueles mais próximos ao poder político local conseguiam se manter como agricultores (proprietários) nessa fase de mudança. Geralmente eram "cabos eleitorais" dos chefes políticos da região e conseguiam entrar para o estreito círculo da grilagem de terras. Mesclavam-se usineiros de arroz, pecuaristas, cabos eleitorais e grandes comerciantes e o poder político local.

A técnica mais utilizada na forma de expulsão de lavradores nas áreas de fronteira é deixar o gado solto para destruir a roça do posseiro, e com isso, destrói-se a sua fonte de subsistência.

Os primeiros conflitos desse tipo na região antecederam a implantação do FUNAGRI, pois havia criação de gado por grandes usineiros de arroz, estes interessados em ampliar suas terras, às expensas do deslocamento de posseiros para áreas de terras livres existentes na época.

Esse fato gerou uma resposta por parte dos posseiros que foi a criação de um sindicato de trabalhadores rurais em 1963, orientados pelo Movimento de Educação de Base, ligado à iniciativa de membros da Juventude Universitária Cristã (JUC).

Entre 1962 e 1964, os Jucistas desenvolvem no Maranhão escolas de alfabetização e participaram da criação de sindicatos de lavradores; mas o Sindicato de Pindaré, fundado em 18 de agosto de 1963 não foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, ao contrário dos outros fundados na mesma época. Existindo de fato, esse sindicato combatia a invasão do gado nas roças e a **luta pela posse da terra** assumia o papel principal nas suas reivindicações. O Sindicato pugnava pela obrigatoriedade das cercas apenas para os pastos, permanecendo as roças "em aberto", de acordo com a concepção dos posseiros de que "terra livre é terra sem dono". Apesar dos protestos camponeses passarem através do sindicato, a invasão das roças continuou, gerando o abate do gado. Tratava-se de um processo único mas de múltiplas faces:

- a posse X propriedade privada.
- a agricultura do arroz X a pecuária.
- Fosseiro X o grande e médio proprietário.
- a utilização da terra de acordo com a possibilidade de incorporar trabalho X a privatização da terra de acordo com os recursos monetários.

Em fevereiro de 1964, época da colheita do arroz, os conflitos na região tornaram-se agudos com a contínua invasão de gado e o seu abate. Com a mudança do regime político nesse mesmo ano, o sindicato foi fechado e muitos de seus membros presos.

Somente em 1966 reorganizou-se o sindicalismo na região, após o período de campanha eleitoral na qual surgia um candidato propondo um "Maranhão Novo": José Sarney.

Segundo Manoel da Conceição, uma das lideranças sindicais da região, assim o candidato definia o seu programa para os lavradores em 1965:

"Maranhão Novo! Nada de Maranhão Velho!

E mais que isso, meus amigos, o Newton de Barros Belo é um reacionário que liquidou e massacrou todos os sindicatos deste estado em que a gente é candidato a governador, e mais que isso: se eu for eleito, todos os sindicatos vão se levantar". Conceição (1080:127)

Nesse período, o candidato era o líder das "Oposições Coligadas" que excluíam o PSD (partido do governador anterior), e representante da chamada "Bossa Nova Udenista".

Vencendo a eleição, os representantes das "Oposições Coligadas" não cumpriram suas promessas de campanha. Pelo contrário, foi exatamente nessa região que se implantou o grilo da fazenda Manguari pelo então governador eleito.

Junta-se então as dificuldades encontradas pela sindicalização à implantação do FUNAGRI, criando condições propícias para um outro momento de choque entre as duas frentes, gerando conflitos pela terra e expulsões de posseiros.

Como resposta às primeiras tentativas de criação de um sindicato combativo, criou-se um outro no recém-fundado município de Santa Inês que a história demonstrou ter sido apenas um simulacro de órgão representativo e de reivindicação.

Mas apesar das dificuldades encontradas pelos posseiros, fundou-se um novo sindicato de Pindaré-Mirim que, apesar dos esforços, só seria reconhecido pelo Ministério do Trabalho na década seguinte.

Não tratarei aqui de descrever a história do sindicalismo dessa região(3), aliás bastante significativa, mas apenas focar a organização espacial oriunda da atuação do sindicato de Pindaré-Mirim.

Contrabalançando as invasões do gado nas roças e a grilagem violenta, esse canais de organização de lavradores implantou em 1968 as políticas chamadas:

- "Abaixo as grandes cercas dos fazendeiros" e,
- "gado comeu roça, comeu bala".

A primeira política combatia o cercamento das "terras livres" utilizadas pela agricultura camponesa e pela coleta do coco babaçu, enquanto a segunda recolocava a necessidade do cercamento apenas dos pastos. Como resultado da primeira política, implantaram-se as roças coletivas, forma de defesa das áreas já em litígio e os produtos daí advindos poderiam ter vários destinos. A roça coletiva de Anajá (1968) tinha a finalidade de arrecadar fundos para o sindicatos e sua implantação custou prisões a líderes sindicais.

(3) Maiores detalhes — CARVALHO, M.S. — "A Expropriação da Terra e o Sindicalismo Rural em Pindaré-Mirim, Maranhão (Gado Comeu Roça, Comeu Bala) — Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola FGV/EIAP — Dezembro 1981 — RJ.

Outra tentativa de organização de roça coletiva ocorreu no segundo semestre de 1969, como a marcação do terreno para a de Pega Avoando e o "broque" coletivo de uma área grilada no povoado de Cooperativa.

Na roça de Pega Avoando, após uma assembléia de lavradores, decidiu-se pela apropriação coletiva da terra após a derrubada das cercas e trabalharam em média 80 indivíduos. A sua produção foi destinada ao sindicato e guardada em paióis construídos nestes terrenos. Em fins de setembro uma companhia da Polícia Militar Estadual apropriou-se da colheita e expulsou os trabalhadores.

A roça coletiva de Cooperativa só chegou à fase do broque mas a sua utilização seria diferentes das anteriores. O trabalho coletivo ocorreu na fase do broque e da divisão em parcelas mas o seu cultivo seria individual. Com a repressão policial de 1969 as terras dessa roça também foram perdidas e um grande comerciante apoderou-se dessas terras devolutas sem indenizar os lavradores pelo trabalho já realizado.

Quando à coleta livre do coco babaçu, o sindicato atuou no sentido de derrubar as cercas contruídas no povoado de Bacabeira (Município de Santa Inês), o que foi realizado em mutirão de homens, mulheres e crianças em julho de 1970. Derrubada a cerca, ficou o babaçual como domínio coletivo e as terras agricultáveis para roças individuais.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel Correia de – “A Terra e o Homem do Nordeste”, 1973, Ed. Brasiliense - SP.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa – “Le Syndicat Paisan comm Instrument Institucional de Participation – le as du Nordeste du Brésil, 1969 – mimeo – 313 p (Tese de Mestrado).
- CARVALHO, Marcia Siqueira de – A Expropriação da Terra e o Sindicalismo Rural em Pindaré-Mirim (Gado Comeu Roça, Comeu Bala) – Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola FGV/EIAP RJ. Dez/1981.
- CAMARGO, Aspásia – Brésil Nordest. Mouvements Paisanes et crise populist, 1973 – Paris – mimeo (Tese de Doutorado do 3o. Ciclo – Universidade de Paris).
- GAIOSO, Raimundo José de Souza – Compêndio Histórico Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão, 1970 – Reedição – (1818) – Ed. Livros do Mundo Inteiro.
- GOLD, David A, et alii – Recientes desarrollo em la Teoria Marxista del Estado Capitalista in Sontag, Herus Rudolf e Valecillos, Hector – “Es Estado en el Capitalismo Contemporaneo”, 1979 – Ed. Siglo Veinteuno – México.
- LIMOEIRO, Miriam – Para o Conhecimento dos Objetos Históricos – Para questões Metodológicas. S/D. Mimeo – 21 p.
- MALUF, Renato Sérgio – “A expansão do capitalismo no Campo: o arroz no Maranhão”, 1977 – Campinas – SP. Tese de Mestrado.
- MARCIER, Maria Hortence – “Padrões Alimentares de um grupo Campones numa situação de expropriação no Estado do Maranhão”. S/D. – mimeo.
- MARTINS, José de Souza – “Capitalismo e Tradicionalismo”, 1975, Ed. Pioneira – SP.
- MARX, Karl – “O Capital – Vol. I. II” 1975 – 3a. ed. – Ed. Civilização Brasileira – RJ. 1977 – Introdução à crítica da Economia Política in “Contribuição à Crítica da Economia Política”, Livraria Martins Fontes – SP.
- MEIRELLES, Mário – História do Maranhão, 1980 – São Luis – Fundação Cultural do Maranhão.
- MORAES, Pe. José de – História da Cia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Grão – Para., 1860 – Typografia do Comércio de Brito e Braga.
- MOURÃO, Laís – “O Pão da Terra”, 1975 – RJ. – Tese de Mestrado do Curso de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MOURÃO, Laís e Almeida, Alfredo Wagner de – “Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo 1976 – Brasília – Pesquisa Antropológica n. 9 e 10.
- PAXECO, Fran – Geografia do Maranhão. 1923 – S. Luiz – Tipogravura Teixeira.
- SANTOS, Manoel da Conceição – “Essa Terra é Nossa”, 1980 – Ed. Vozes – Petrópolis.
- SANTOS, Murilo – “Bandeiras Verdes” – 1980, Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense – n. 4 – Comissão Pastoral da Terra.
- VIVEIROS, Jerônimo de – História do Comércio do Maranhão. 1954 – S. Luís Vol. II – Ed. Ass. Comercial do Maranhão.